

A construção de heroísmo e cavaleirismo no além-mar dos Infantes de Avis pelo olhar de Gomes Eannes de Zurara na Crônica da Tomada de Ceuta (1415-1450)

La construcción del heroísmo y la caballería em el ultramar de los Infantes de Avis através de los ojos de Gomes Eannes de Zurara em la crónica de la Toma de Ceuta (1415-1450)

Milena Ferrarini

Graduanda em História
Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)
milena.ferrarini.0@gmail.com

Adriana Mocelim

Doutora em História (UFPR)
Professora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).
adriana.mocelim@pucpr.br

Recebido: 07/05/2024

Aprovado: 20/09/2024

Resumo: O presente artigo realiza uma análise do discurso cronístico avisino enquanto um fator formador de legitimidade e identidade no Portugal tardo medieval. Analisa-se a Crônica da Tomada de Ceuta, do cronista Gomes Eannes de Zurra, com um enfoque no papel cavaleiresco dos jovens Infantes Avisinos. A crônica narra a tomada da cidade de Ceuta na África (1415) pelo rei D. João I e seus filhos infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique. A partir disto o trabalho buscou compreender as possíveis pretensões da escrita tardia desta crônica (1449-1450), bem como analisar de que forma a escrita de Zurara legitima a imagem dos Infantes da Casa de Avis.

Palavras-chave: dinastia de Avis; crônica; Zurara.

Resumen: El objetivo de este artículo fue analizar el discurso cronístico avisino como factor de formación de legitimidad e identidad en el Portugal bajomedieval. Para desarrollar estas cuestiones, se analizó la Crónica de la Toma de Ceuta del cronista Gomes Eannes de Zurra, centrándose en el papel caballeresco de los jóvenes infantes Avisinos. La crónica relata la toma de la ciudad de Ceuta en África (1415) por el rey João I y sus hijos infantes D. Duarte, D. Pedro y D. Henrique. A partir de ahí, el trabajo buscó comprender las posibles pretensiones de la redacción tardía de esta crónica (1449-1450), y analizar cómo la escritura de Zurara legitima la imagen de los infantes de la Casa de Avis.

Introdução

O presente estudo busca realizar uma análise da utilização cronística como ferramenta de legitimação e identificação nos primeiros reinados da Dinastia de Avis no Portugal tardo medieval. Quando se aborda tais elementos na história portuguesa, é inevitável mencionar a dinastia de Avis. Desde sua fundação, essa dinastia investiu significativamente em estratégias de propaganda e na construção de uma imagem política e religiosa legitimadora. Desta forma, o presente trabalho aborda tanto estes elementos considerados pilares da dinastia avisina em sua fundação quanto analisa como estes recursos são pontos recorrentes ao longo dos primeiros reinados. Isso é realizado de forma a especialmente focalizar a construção escrita elaborada a partir da Crônica da Tomada de Ceuta por el-Rei D. João I, de Gomes Eannes de Zurara sob encomenda de D. Afonso V.

Considerando este objetivo, o presente artigo analisa o período que transcorre entre a tomada de Ceuta (1415) e a composição da crônica que narra este evento (1450). O intuito é compreender o processo de legitimação dos Infantes, filhos de D. João I, fundamentado na honra e no esforço militar. Para isso, examinar-se-ão as diversas maneiras como a crônica da dinastia de Avis foi empregada e adaptada conforme as necessidades narrativas do momento. Neste cenário, a Crônica da Tomada de Ceuta pode ter servido como um recurso de legitimação e exaltação da Dinastia de Avis, assim como das figuras de D. João I e dos Infantes Avisinos, em um contexto de crise e questionamento da autoridade dinástica.

Inicialmente, o presente estudo situa a ascensão da Dinastia de Avis com D. João I e sua legitimação. Para isso, foi analisada a utilização da crônica como uma fonte histórica ao longo do período que compreende os anos de 1383 a 1449, em paralelo aos acontecimentos políticos desse período. Em seguida, o foco da análise foi direcionado especificamente para a Crônica da Tomada de Ceuta, examinando as construções de identidade e legitimidade presentes nessa obra, com ênfase nos infantes da Casa de Avis.

Abordam-se, no decorrer das páginas seguintes, questões referentes ao uso da crônica como escrita literária de legitimação na Península Ibérica nos séculos XIV e XV. Também são discutidas as

dinâmicas políticas e as relações de poder evidenciadas tanto na Crônica quanto na escrita de Zurara. Além disso, destaca-se a construção da imagem dos Infantes de Avis como cavaleiros e a relação entre a necessidade de vitória sobre os muçulmanos tidos por infiéis e a afirmação da fé católica como impulsionadoras da exploração do além-mar.

A análise do discurso cronístico é conduzida com base na noção de que “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (Le Goff, 2003, p. 536). Dessa forma, a construção do relato e suas possíveis pretensões são examinadas por meio de uma análise crítica, que entende que “a conservação não se dá pela fixação palavra por palavra do que foi, mas dentro de um encadeamento discursivo em que foco, tempo, espaço, personagens e enredo, ou seja, os elementos de uma narrativa estão conjugados” (Guimarães, 2012, p.54) e sujeitos a interpretações, segundo uma leitura ativa de produções historiográficas correspondentes ao tema.

Conforme estabelece Funes (1997), a análise do discurso cronístico deve levar em conta as resistências específicas do objeto, ou seja, as formas pelas quais o texto resiste à simplificação e oferece múltiplas camadas de significado. Por exemplo, a *Estoria de Espanna* e suas continuidades promoveram uma visão providencialista que legitimava a figura do rei e sua dinastia, de forma a moldar a percepção do passado em consonância com os interesses políticos da época — não servindo simplesmente para *narrar* a história da Espanha. Neste sentido, considerar e priorizar o modo como esses textos operam como construções narrativas é substancial, pensando elementos como personagens e enredos, capazes de revelar as tensões e dinâmicas sociais do período em que foram escritos.

A pesquisa combina a utilização da literatura como fonte histórica ao mesmo tempo em que compreende o imaginário como uma parte importante e de destaque dentro da lógica medieval. Isso envolve entender sua intrínseca com as questões políticas e religiosas, as quais estão entrelaçadas com as relações de poder. Dessa forma, é possível escapar da linearidade política e compreender de forma mais ampla e crítica a organização de tais relações.

“O rei da boa memória”³¹⁵: instauração, construção e continuidade da dinastia

Para melhor compreender a importância das crônicas como aparato de construção de identidade e meio de legitimidade da dinastia avisina, é preciso analisar a trajetória de consolidação e estabelecimento da Casa de Avis no cenário monárquico de Portugal, especialmente durante seus primeiros reinados. O período que vai desde a ascensão dessa dinastia até o final do recorte analisado – ou seja, o início do reinado de Dom Afonso V – está intimamente ligado à necessidade de afirmar e reafirmar as imagens desejáveis para a monarquia e ao modo como estes recursos validam o imaginário construído em torno do poder e de seus detentores.

Inicialmente, há de voltar-se o olhar para a escolha de Dom João Mestre da Ordem de Avis para assumir o trono e as implicações que essa eleição levantou numa época em que a linhagem sanguínea era considerada o principal critério de legitimidade. Como observado por Trevisan (2016, p. 20), “na ausência da plena legitimidade de sangue, as virtudes e comportamentos morais seriam grandes aliados para a consolidação do poder do novo rei e de sua casa real”. Dom João Mestre de Avis era o último filho – e o único não legitimado, ou seja, um bastardo régio – do Rei Dom Pedro I (1357-1367) da Dinastia de Borgonha. Desde tenra idade, recebeu de seu pai o encargo da Ordem de Avis e tornou-se Mestre militar e religioso desta mesma Ordem, aos 6 anos de idade, em 1363.

Sem grandes aspirações ao trono, que foi herdado por seu meio-irmão e sucessor natural Dom Fernando, em 1367, o Mestre de Avis não exerceu uma atividade política relevante até a eclosão da crise dinástica que assola o poder português em 1383. Após a morte de D. Fernando, que não deixou herdeiros, o trono lusitano ficou vago e sem um sucessor direto e legítimo pela primeira vez desde a implementação do governo monárquico. É importante destacar que, antecipando esta situação, D. Fernando, antes de sua morte e após casar sua única filha, Beatriz, com o Rei de Castela³¹⁶, assinou o Tratado do Salvaterra de Magos. Neste tratado ficou registrado que “falecendo D. Fernando sem mais filhos nem netos maiores de 14 anos, a sua viúva, D. Leonor Teles, ficaria por regente de Portugal” (Mattoso, 1997, p. 414). Isso permaneceria em vigor até que a filha de Dom Fernando e o Rei Juan I de Castela tivessem um herdeiro com a idade apropriada, ou no caso de eles não terem descendentes. Após a morte de Dona Leonor, a coroa passaria para quem fosse Rei de Castela.

³¹⁵ D. João ficou conhecido com o epíteto de o “Rei da Boa Memória”, o que denota a preocupação em fixar uma memória positiva que justificasse a ascensão da Dinastia de Avis ao poder” (Zierer, 2007, p. 281).

³¹⁶ Reino Ibérico com o qual Portugal já possuía grande e histórica rivalidade.

Com a morte de Dom Fernando, Portugal passou então a ser governado pela regência da rainha Dona Leonor Teles. Este período, segundo Trevisan (2016), foi marcado pelas fortes oposições internas e pelo temor – que viria a se confirmar – de uma investida por parte do rei de Castela. Foi justamente neste contexto instável que “o golpe surgiu. No dia 6 de Dezembro de 1383. O Conde de Andeiro³¹⁷ é assassinado em Lisboa e o povo da cidade é mobilizado para proteger o assassino – precisamente o Mestre de Avis” (Mattoso, 1997, p. 414). Deste modo, a já instável regência enfim entrou em crise, impulsionada pelas revoltas internas contra a figura de Dona Leonor e pela invasão militar de Juan I de Castela. Diante desse cenário, Dona Leonor acabou por fugir de Portugal.

Neste momento, D. João de Avis assumiu seu papel político: “o Mestre de Avis é proclamado, revolucionariamente e contra sua vontade, Regedor e Defensor de Portugal [...] Entra-se num interregno” (Mattoso, 1997, p. 415). Tal acontecimento caracterizou, assim, o início de um governo mais militarizado, comandado não por um rei, mas pela conjuntura formada pelas Cortes para a proteção do reino. Com isto, o Mestre avisino foi quem obteve maior destaque na luta contra os invasores castelhanos, pela liderança dos regimentos de defesa e por sua atuação na reconquista dos territórios portugueses tomados pelos castelhanos.

Contudo, mesmo após as importantes vitórias, o reino lusitano enfrentava uma situação insustentável. Conforme observado por Trevisan (2016, p. 117), Portugal, como reino, “tinha de ter, como cabeça, um rei. Não o herdando, havia que o escolher”. Diante disso, tornou-se impossível continuar em interregno, que já durava dois anos (1383-1385). A necessidade urgente de um governante levou à convocação das Cortes de Coimbra, incumbidas da função de eleger o novo rei.

Neste ponto, é importante destacar que o reino português estava inserido em uma estrutura monárquica muito específica, caracterizada pela “concepção de monarquia como ofício recebido de Deus em prol do bem comum” (Ventura, 2010, p. 129), assim o reino lusitano encontrava-se diante de um processo de “progressiva valorização da figura régia” (Ventura, 2010, p. 126) e de uma maior centralização do poder na figura do rei. Nesse contexto, a dinastia de Avis desempenhou um papel muito crucial, abordado posteriormente neste estudo.

Ressalta-se, então, o papel das Cortes no período, segundo Coelho (2018), as primeiras Cortes portuguesas podem ser situadas nos períodos entre 1250 e 1254, e passaram a ser convocadas com frequência a partir de então. As Cortes eram como “assembleias representativas” (Coelho, 2018, p. 59)

³¹⁷ João Fernandes Andeiro, conselheiro e amante de D. Leonor Teles, segundo Pimenta (1946).

para as quais ocorria a “convocação das três Ordens do reino, portanto de toda a comunidade social” (Coelho, 2018, p. 56).

A convocação das Cortes para uma eleição régia, conforme destacado por Trevisan (2014; 2016), representava um acontecimento sem precedentes, pois quebrava a cadeia carismática e marcava a passagem do poder de Deus através do povo para o monarca, que por sua vez estava submetido ao a este, em uma relação de serviço e benefício. Para que o Mestre de Avis fosse eleito, era necessário que fosse considerado apto a ocupar o trono. Segundo Pimenta (1946, p. 309), isso implicava em ser “de boa linhagem; ser de grande coração para defender a terra; ter amor aos súbditos; e ter bondade e devoção”. Todos esses pontos foram confirmados através da argumentação feita por Dr. João das Regras³¹⁸.

D. João, após inicialmente recusar o trono e então ser rogado a recebê-lo, marcou o início de uma nova doutrina da delegação divina do poder. Essa doutrina se manifestava pelo desejo do povo e pelo apoio dos Miúdos de Lisboa³¹⁹, pela eleição unânime nas Cortes e pela dispensa e recomendação papal³²⁰ – dado que era até então Mestre de uma ordem militar e religiosa. Deste modo, “a eleição, que estava feita no coração dos portugueses, foi confirmada pelos representantes da Nação” (Peixoto, 1998, p. 337).

A partir da construção dessa ideia afirmadora de poder, tornou-se necessário encontrar uma autoridade que a corroborasse e permitisse sustentá-la de maneira persuasiva e convincente (Rebelo, 1983, p. 54). Uma das alternativas aplicadas para resolver esta questão foi a utilização da narrativa como um plano providencial, especialmente neste primeiro momento através dos textos e das crônicas de Fernão Lopes³²¹. O Cronista-Mor passou a elaborar elementos de identificação da personalidade carismática do Rei D. João I de Portugal e Algarves com a providência e caráter missional que

³¹⁸ Segundo Trevisan (2016) jurista responsável pela defesa e argumentação da causa do Mestre de Avis nas Cortes de Coimbra, nomeado Chanceler-Mor até ao fim da sua vida, foi responsável pela nova legislação do reino.

³¹⁹ Segundo Guimarães (2004) as gentes de um segmento social menos prestigiado, ou ainda o “sanhudo povo anônimo”, “massa coesa de homens e mulheres” que se identificavam com o “Mexias de Lixboa” – todos os trechos (Guimarães, 2004, p. 176).

³²⁰ “Se ele (D. João) não aceitasse a dignidade real, o reino não teria quem o defendesse e guardasse de seus inimigos, mormente cismáticos e revezes da Santa Madre Igreja. Sendo desejo de todos os portugueses defender a Nação contra a ameaça castelhana e levar por diante a honra de Urbano VI, verdadeiro Papa, lhe rogavam, em nome da consciência nacional, que aceitasse, tomasse, houvesse e usasse daí em diante o nome, dignidade e honra de rei. Quanto aos impedimentos, eles se encarregavam de enviar ao Papa Urbano VI uma embaixada, com o fim de impetrar as dispensas necessárias” (Peixoto, 1998).

³²¹ Segundo Coser (2007), Fernão Lopes um dos principais cronistas portugueses, foi responsável pela escrita dos dois primeiros volumes das “*Crônicas del-rei D. João I*”. Era Cronista-Mor e Guarda da Torre do Tombo, cargos posteriormente delegados ao seu sucessor Gomes Eannes de Zurara, no reinado de Afonso V.

envolveria a figura do agora monarca. Assim, a legitimação de Avis seguiu aliando ações práticas e a construção de um aparato administrativo propagandístico, o qual buscava, por meio da mística e dos símbolos, consolidar a dinastia através do exemplo moral e cultural.

Um dos principais mecanismos utilizados está justamente na formação e manutenção da imagem da Casa e da Família Régia de Avis. Após ser elevado ao trono, D. João I utilizou duas estratégias para fundamentar a nova dinastia: primeiramente, as conquistas militares e, em seguida, a ideia de unidade familiar. Segundo Guimarães (2004, p. 221), a batalha e o casamento “arrematam o perfil do Rei da Boa Memória”. O segundo ponto pode ser exemplificado pela escolha da inglesa Filipa de Lancaster como esposa por D. João I e pelas relações que serão estabelecidas entre Portugal, Inglaterra e o papado romano com base nos modelos de conduta régia e cristã entre os monarcas e seus filhos e filhas, infantes e infantas, em relação aos súditos (Azevedo, 2018, p. 171). Desta forma “a propaganda e a legitimidade avisina foram exaltadas, garantindo a transmissão e reprodução da linhagem real e projetando na cristandade³²² o reino português” (Trevisan, 2014, p. 2).

Deste modo, a escolha de Dona Filipa, neta do Rei Eduardo III da Inglaterra, pode ser entendida tanto como uma quebra da tradição Ibérica de casamentos entre os monarcas dos reinos da Península³²³ quanto uma forma de aliança com a Inglaterra e com o papado romano. É, também, um paralelo “como D. João se tornou rei por meio de uma eleição, Dona Filipa era também uma rainha eleita por seu marido.” (Azevedo, 2018, p. 172). D. João I assim, ao se casar, assumiu posição ao lado dos ingleses na Guerra dos Cem Anos³²⁴ e se colocou, ao mesmo tempo, inteiramente ao lado de Roma durante o Cisma do Ocidente (1378- 1417). Isto acontece tendo em vista que “com D. João I, terminou toda a influência de Clemente VII em Portugal... e também, acabando as palinódias portuguesas, foi Portugal um relevante bastião urbanista” (Peixoto, 1998, p. 338). Desta forma, “os ingleses apoiaram a nova dinastia lusa, fazendo frente à ameaça castelhano-francesa” (Bertoli, 2007, p. 93).

Ligando-se à ideia de unidade e cristandade, as conquistas militares que alavancaram a ascensão de D. João I continuaram sendo de extrema importância para a manutenção do poder real. Isto porque compreende-se que existia uma necessidade de colocar a família (e Portugal) como uma unidade que

³²² A sociedade dos cristãos, entendida como comunidade política (cristandade), formulou-se e construiu-se por meio de aceções e de práticas auto-referenciais, mas, também, por contraste àqueles que, por professarem uma religião distinta, eram identificados como “o outro” (Coelho, 2021, p. 393).

³²³ A Península Ibérica era formada, neste momento, além do Portugal e Castela por Aragão, Navarra e Granada.

³²⁴ Conflito entre Inglaterra e França (1337-1422), que marca o início do processo de instauração dos Estados Nacionais e da Monarquia Absolutista.

lutava contra o inimigo. Inicialmente tal necessidade era convertida nas disputas contra Castela, em especial na batalha de Aljubarrota, ainda no início do reinado, que “foi tida por milagre, sentença de Deus a confirmar a eleição de Coimbra e a dinastia que se iniciava” (Mattoso, 1997, p. 417). E, posteriormente, aos muçulmanos, tidos como infiéis.

É importante ressaltar neste momento que Aljubarrota (1385) desempenhou um papel fundamental neste cenário. Além de representar a bravura do povo português diante dos castelhanos, como expresso nos relatos pela memória de que “enquanto Castela chorava, Lisboa ria e recebia a bandeira dos vencedores” (Guimarães, 2013, p. 143), a Batalha de Aljubarrota também é vista como a batalha que prova a viabilidade de Dom João I como rei, após as cortes de Coimbra (Guimarães, 2013, p. 148). É justamente por meio de Aljubarrota e de seu relato lopeano que a nova dinastia Avisina foi batizada. A partir dela, a imagem de D. João I como “Mexias de Lixboa” é validada e o monarca se sagrou como “o soberano escolhido por Deus para governar e “salvar” o reino português” (Zierer, 2007, p. 281). Desta forma, eleva-se “um rei que quer sê-lo em todas as ocasiões, até, e porque não sobretudo, na guerra” (Guimarães, 2004, p. 217). D. João I se armou, então, do caráter de rei guerreiro, provado em campo, em início contra Castela, mas que não dá fim a “sua luta” mesmo após estabelecer as pazes com esta. Simultaneamente, a guerra também simbolizou o próprio reino de Portugal e seu valente povo, como defende o cronista Fernão Lopes.

Essa virada na perspectiva de enxergar o inimigo como alguém a ser derrotado representou um novo momento no reinado de Dom João I de Avis. O inimigo deixou de ser o reino vizinho, com o qual a partir de 1402 os ânimos estavam mais calmos, e a luta se armou de um viés ideológico e religioso mais predominante. Esta nova abordagem se fundamentou a partir da ideia de que era um “ponto incontestável a obrigação de todos os cristãos, mormente dos reis de Portugal, o combate contra o Islão” (Ventura, 2010, p. 133). Desta forma, o direcionamento da máquina político e militar avisino passou a ter como focos principais o muçulmano, a expansão territorial e a luta da fé católica contra os infiéis. Considerando esses fatores, o Norte da África emergiu como alvo; e a primeira conquista foi a cidade de Ceuta, em 1415.

A luta e a tomada de Ceuta, desta forma, não marcariam apenas uma conquista territorial e uma alternativa aos problemas econômicos³²⁵ do reino português. Isto porque, além desse fator, Ceuta marca “uma alternativa política, que fez o pequeno reino voltar-se definitivamente ao mar nesse século

³²⁵ Oriundos da peste, da inflação, da fome e das longas guerras que marcam o início do reinado de D. João I.

XV” (Trevisan, 2016, p. 131). Ademais, é um ponto de reforço do estabelecimento de Portugal dentro da Cristandade Romana, trazendo, assim, um quê de prestígio para a monarquia lusitana. Esta, por ser uma representação da comunhão com os valores e com a própria Igreja, se mostrou fundamental para o alicerce da identidade católica e para a manutenção da legitimidade monárquica.

Este último ponto se mostra ainda mais significativo quando, segundo Trevisan (2016), para além dos despojos, das honras e títulos – inclusive as indulgências aos Infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique –, Ceuta constituiu um episódio de coragem dos bravos Infantes. Estes, “deveriam exercer o papel de cavaleiro cristão, aquele que deveria lutar em nome de Deus, a favor da justiça, e contra os inimigos da verdadeira fé” (Bertoli, 2007, p. 90) e se lançavam a esta “Cruzada”. Assim:

Ceuta tornou-se um campo de honra e títulos, sinal de cruzada havida e muita mais a haver, baluarte de prestígio para a monarquia, credencial portuguesa em Roma e em todos os principados cristãos. Por conseguinte, Ceuta manter-se-ia e outras ceutas se haveriam de buscar (Mattoso, 1997, p. 418).

Dessa maneira, os Infantes de Avis, destacados anteriormente, são destacados como cavaleiros, em reconhecimento aos seus esforços militares, aproximando-se assim das origens que elevaram seu pai ao trono. Isso impulsiona ainda mais o exemplo do bom cristão e promove a disseminação da casa real através de suas ações, virtudes e conquistas gloriosas.

Contudo, torna-se importante ressaltar que os valores gloriosos diretamente estavam relacionados à ideia que se buscava construir acerca da Dinastia de Avis e à necessidade de relembrar a sacralidade régia, da qual, da qual se afirmava que a dinastia era detentora.

A conquista de Ceuta dentro da configuração lusitana do século XV é tida como um importante passo dentro da “maturidade de um processo de expansão comercial e urbana o qual já dava sinais a Europa desde o século XI com o movimento das Cruzadas resultado da experiência acumulada. Especialmente pela burguesia mercantil e urbana” (Fernandes, 1999, p. 129), a qual abriria as portas para as explorações ultramarinas. Deste modo, o além-mar, que outrora despertava tantos medos, passa a ser navegado. Ainda no reinado de D. João I, Portugal chegou à Ilha da Madeira (1419-1421) e ao Arquipélago dos Açores (1427-1432). Muitos dos reconhecimentos desses feitos recaíram justamente na figura do Infante D. Henrique, conhecido como "O Navegador".

Em 1433, com a morte do pai da *Ínclita Geração*³²⁶, o trono passou ao sucessor natural D. Duarte, o qual assume o poder já ligado ao reinado, e por conta disto, sem grandes rupturas. Desta forma, o curto reinado que seguiu foi marcado pela estabilidade das políticas já firmadas. Externamente, destacou-se pela “continuidade à política desenvolvida por seu pai, sem ao menos retardar os planos de conquista em território africano” (Barbosa, 2010, p. 109). Estes planos incluíram o fracasso da investida a Tânger (1437)³²⁷, a qual se destacou “não pelos mortos que lá ficaram, mas pelo orgulho ferido e pelo Infante D. Fernando, irmão do rei, que não voltou” (Mattoso, 1997, p. 420). Este evento abalou profundamente a família real e o reino português.

Importa destacar que o rei era um entusiasta dos estudos e dos escritos, tendo deixado, inclusive, assim como alguns de seus irmãos, obras as quais passaram a integrar e servir como base para a prática discursiva avisina. Esta passou a ter destaque na construção da proclamação da exemplaridade familiar, uma vez que, “a iniciativa cronística fora instituída oficialmente por D. Duarte em 1434” (Trevisan, 2014, p. 5). Assim, a escrita avisina ia além de seu caráter propagandístico presente nas crônicas e discursos. Afinal, tinha também na prosa, principalmente para D. João I, D. Duarte e D. Pedro “o instrumento mais apropriado que a lírica para ensinamentos sobre moral e virtude, necessários a uma sociedade que se transformava e que precisava constantemente do enquadramento de suas condutas” (Gomes, 2010, p. 216). A produção incentivada por D. Duarte pode ser analisada à luz da tradição do “espelho do príncipe”, na qual o caráter didático moralizante dos textos pretende gerar uma reflexão moral sobre o poder civil, calcada sobre modelos e símbolos (Muniz, 2005). Observa-se que o grupo dos destinatários não abrange apenas os príncipes, mas também “parece incluir outros nobres, não necessariamente chefes supremos, mas ‘detentores do poder senhorial ou cidadão’” (Muniz, 2005, p. 91), o que forma um panorama que engloba, de fato, a educação do príncipe, mas também o papel dos conselheiros, as formas de uma boa administração e as noções amplas de responsabilidades e deveres em um bom governo (Muniz, 2005).

A morte prematura de D. Duarte em 1438, provavelmente resultante da peste, como expõe Mattoso (1997), colocou o trono português mais uma vez diante do impasse regencial: “foi o início de longos e funestos desentendimentos, que haveriam de ter graves consequências e pôr a prova a unidade

³²⁶ Termo cunhado posteriormente por Camões: “*Ínclita Geração, altos Infantes*” (Os Lusíadas, IV, 50). Denota a ideia de exemplaridade da família e dos Infantes Avisinos. “Há uma geração de descendentes de D. João I que formam uma exemplaridade moral pelos valores que incarnam, que virá, com os tempos, a revestir-se de grande importância na memória colectiva portuguesa. É a *Ínclita Geração*.” (Fonseca, 2003, p. 57 *apud* Ramos, 2009, p. 91).

³²⁷ Da qual, segundo Guimarães (2004), o Rei estava temeroso e possuía ressalvas.

familiar de Avis” (Ramos, 2009, p. 97). Como determinado, para que o herdeiro assumisse o trono era preciso que este tivesse a idade mínima de 14 anos³²⁸, e na ocasião D. Afonso ainda não possuía tal condição. Passou-se a discutir, então, quem deveria assumir a regência do rei, que na época ainda tinha 6 anos de idade.

Segundo Mattoso (1997), sabia-se, quando ainda estava vivo, que D. Duarte havia nomeado seu irmão, D. Pedro, como tutor do menino. Todavia, em seu testamento constava uma determinação diferente: segundo o documento, a regência seria de responsabilidade de sua esposa D. Leonor de Aragão. Desta forma, de acordo com Ramos (2009), deu-se início a uma disputa pelo poder, encabeçada pelos dois postulantes acima referidos e endossada pelas Cortes e pela opinião popular. A primeira regência aprovada, nas Cortes de Torres Novas (1438) estabelece um modelo trino, composto por D. Pedro, D. Leonor de Aragão e pelo Infante D. Henrique.

Contudo, em decorrência das constantes divergências dos integrantes, acabou por ser aprovada nas Cortes de Lisboa uma nova regência em 1439, que determinou, por fim, D. Pedro como responsável do trono. Esta nomeação, segundo Ramos, levantou duas principais oposições: a de D. Leonor de Aragão e a do Duque de Bragança, D. Afonso³²⁹ – filho bastardo de D. João I e meio irmão de D. Pedro e D. Duarte. Faz-se necessário destacar que a relação entre D. Pedro com D. Afonso (até então Conde de Barcelos) sofreu turbulências logo após a morte de D. Duarte. Isto porque “a rainha D. Leonor propôs ao Infante (já que era um desejo do falecido Rei) a união do jovem rei com D. Isabel, filha de D. Pedro” (Pina, 1977, p. 594, apud Ramos, 2009, p. 100), o que desagradava ao Conde, que pretendia casar sua neta, também de nome Isabel, com o herdeiro.

Deste modo, tem-se início a desavença e o jogo de poder que marca todo o período de regência de D. Pedro, principalmente após ele subjugar pela força os partidários de D. Leonor e esta fugir para Aragão. Divergindo das ideias do irmão, o Infante apesar das concessões feitas à nobreza – possivelmente como uma tentativa de obter sua colaboração ao menos passiva – considerava-se como continuador do centralismo monárquico, encontrando-se assim em embate direto com a resistência e vontade de uma nobreza que queria manter o seu poder (Mattoso, 1997, p. 422).

³²⁸ Segundo os Foros de Espanha (Mattoso, 1997).

³²⁹ Legitimado em 1401, ano que se casou com D. Beatriz, única filha de D. Nuno Álvares Pereira, foi Conde de Barcelos e mais tarde duque de Bragança [...] É o irmão rancoroso, a ‘ovelha negra’ da família” (Pina, 1997, p. 689, apud Ramos, 2009, p. 100).

Já D. Afonso V, “ao assumir o trono em 1448 voltou-se para o partido da nobreza terratenente de Portugal, ou seja, a facção liderada por D. Afonso, já Duque de Bragança” (Bertoli, 2007, p. 94). A esta altura, segundo Ramos (2009, p. 102- 103), o rei já havia expressado gratidão ao seu tio, D. Pedro, pelos serviços prestados, pela primeira vez ainda em 1446 e posteriormente logo após assumir o trono, em 1448. Contudo, segundo Ramos (2015), após o Infante ter novamente se estabelecido em Coimbra,³³⁰ seus antigos adversários políticos, mais precisamente o Duque de Bragança e seu filho D. Afonso, Conde de Ourém, fomentaram junto a ele:

[...] intrigas contra o antigo regente, ofendidos com a sua política de centralização régia que refreara as suas ambições, e exageravam as faltas que porventura cometera. Essas intrigas, avolumadas pelos partidários de D. Leonor exilados, que agora, retornados, elevavam a sua ira contra o ex-regente, e acrescidas do recente conflito que o Infante tivera com o duque de Bragança na serra da Lousã, levaram à declaração de rebeldia do duque de Coimbra e à aplicação de “*injustos agravos*”, que motivaram – segundo o embaixador da Borgonha – a necessidade de D. Pedro declarar guerra “*para sua defesa*”³³¹ (Ramos, 2009, p. 103).

Assim teve início a disputa que, conforme cita Ramos (2015), seria a maior desavença da Geração de Avis, personificada na batalha de Alfarrobeira (1449). Este embate resultou na morte do Infante D. Pedro em 1449 e na difamação de seus filhos, acontecimentos estes que “põem a descoberto a carência de exemplaridade e uma vasta teia de inimizades que ferem a condição de unidade familiar” (Ramos, 2009, p. 92). Questões estas que como destaca Ramos (2015), continuam a pairar mesmo após D. Afonso V reabilitar o ducado de Coimbra³³² e investir nas empreitadas de “ações de promover a imagem de unidade e exemplaridade da família de Avis, que contam-se obras literárias, no âmbito de difusão em Portugal e Castela, até obras de arte” (Ramos, 2009, p. 92).

Dentro da tentativa de restabelecer a imagem de exemplaridade de Avis e da ínclita Geração, destaca-se o designo de Gomes Eannes de Zurara³³³ através da encomenda Monárquica de Afonso V, para a escrita da “Crônica da Tomada de Ceuta” (1450). Esta crônica seria de “caráter laudatório, enaltecendo os grandes nobres do reino” (Bertoli, 2007, p. 95).

Desta forma, Gomes Eannes de Zurara, que teria nascido por volta de 1410, era filho de um cônego (Pereira, 1915), e Cavaleiro da Ordem de Cristo, já integrante da Corte desde 1446. Devido à

³³⁰ O Infante D. Pedro era o Duque de Coimbra.

³³¹ Grifos nossos.

³³² Segundo Bertoli (2007) o ducado de Coimbra e o de Viseu, dados respectivamente a D. Pedro e D. Henrique logo após estes retornarem da tomada de Ceuta, tonam estes os primeiros duques portugueses.

³³³ A grafia do nome escolhida para se referir ao cronista, é a mesma destacada e utilizada na fonte primária deste trabalho, propriamente “*A Crônica da Tomada de Ceuta por el-Rei D. João I*” (ed. 1915).

“sua proximidade com o preceptor do monarca, Mateus Pisano, – um humanista de Pisa, chamado por D. Pedro – e ajuda de Fernão Lopes, já em 1449 guardava as escrituras régias no castelo de Lisboa” (Bertoli, 2007, p. 95). Ele foi nomeado em 1454, isto é, após a escrita da crônica aqui analisada, Cronista-Mor e Guarda da Torre do Tombo, por D. Afonso V.

As crônicas, os cronistas e a construção portuguesa de Avis: “corporizando a palavra, difunde-se a imagem”³³⁴

Para adentrar os miúdos da Crônica da Tomada de Ceuta por el-Rei D. João I, entendida aqui como um instrumento de legitimação, é mister analisar, primeiramente, a própria ideia de crônica e o papel que esta tinha no cenário medieval tardio. Naquele contexto, a crônica figurava enquanto uma construção discursiva pensada e construída que visava não necessariamente um fato, mas, sim, uma percepção e uma visão de pretensão “geral ou particular, construída a volta de um reino ou individualidade, para legitimar seus promotores e servir de modelo” (Guimarães, 2012, p. 57).

Quando tratamos da crônica do tardo medievo, em especial no que diz a respeito à cronística lusitana, mostra-se oportuno destacar ainda que esta é pensada “a partir de pressupostos de uma tradição literária cristã” (Guimarães, 2012, p. 57). Esta tradição utiliza a fé e as ações com exemplos e contraexemplos para a Corte e toda a sociedade. Tais recursos pertencem, entretanto, a uma longa tradição ibérica do discurso, na qual para além de narrar os grandiosos feitos era preciso estabelecer uma relação com a realidade. Isso ocorreria de determinada forma em que “a obra precisa expor um mundo do qual o leitor é capaz de se apropriar” (Guimarães, 2012, p. 70), para que assim sejam absorvidas as pretensões nela presentes.

Quando analisado mais especificamente o discurso cronístico promovido em Portugal nos séculos XIV e XV, outro aspecto se sobressai. A narrativa literária se alia à historiografia e às pretensões régias, cenário este que Guimarães (2012) entende ser um “feito ideológico. Assim, a partir da iniciativa cronística avisina encabeçada por Fernão Lopes, a crônica assume a função de levar “a nobreza portuguesa e peninsular espelhar-se nestes homens da fé e da espada a fim de recuperar sua auto-estima de grupo frente a crescente centralização régia e a crise de identidade que atravessava havia algumas décadas” (Guimarães, 2012, p. 78).

³³⁴ Trecho extraído de Coelho (2010, p. 69).

Desta forma, fica claro que, dentro do próprio discurso da crônica, existe a esfera de sua utilização como mausoléu daquilo que era considerado grandes feitos e grandes homens. Simultaneamente, também se destaca o papel propagandístico e enaltecendor, do qual era dotada a narrativa. As crônicas e produções literárias avizinhas, em tal contexto, se tornaram características ao passo em que possuíam a pretensão de delimitar “sua diferença em relação ao reinado anterior, mas também a de reafirmar uma determinada continuidade na história do povo português” (Coser, 2007, p. 710). Dentro do contexto de produções cronística, entende-se que “um uso da Crônica Geral, ou seja, uma forma de conhecimento que privilegia o objeto sua condição de instrumento” (Funes, 1997, p. 129, tradução nossa³³⁵) impacta na continuidade como atividade narrativa, gerando uma noção de uma história compartilhada e propagando um sentimento de reconhecimento popular nas figuras régias (Funes, 1997).

Partindo da ideia da utilidade histórica e política como primeiras propulsoras identitárias, é possível perceber que as crônicas se constituem como uma “trajetória do resgate dos mitos do passado que mereçam ser eternizados na sua história” (Vieira, 2010, p. 87). Resgate este que pode ser identificado quando o próprio Gomes Eannes de Zurara, ao tratar do motivo da escrita da “Crônica delRey Dom João I” e da justificativa que o levou a escrever a “Crônica da Tomada de Ceuta”, destaca que foi incumbido de Fernão Lopes para “apanhar os auisamentos que pertenciam a todos aquellos feitos e os ajuntar e ordenar segundo pertença aa grandeza delles e autoridade dos príncipes e doutras notauées pessoas que os fizeram” (Zurara, 1915, p. 12). Não podendo mais este desempenhar tal papel, foi posto a seu encargo escrever, ainda que tardiamente “a dita estoria a tomada de Cepta. pella grandeza da obra que se naquelles feitos passados rrequeria” (Zurara, 1915, p. 12).

Assim sendo, a Dinastia de Avis utilizou da cronística, em especial no começo da dinastia com Fernão Lopes, para a construir a legitimidade do reinado de D. João I, da nova dinastia que se iniciava. Porém, ao passo em que Zurara assumiu o encargo da escrita, outra questão se mostrou prioritária: com a dinastia e a figura de Dom João I já firmemente estabelecidas, tornou-se necessário resgatar esses elementos para a construção de uma “nova” legitimação. Nesse contexto, em Zurara, “a busca por legitimidade política não se concentraria mais no monarca, mas sim em seus descendentes” (Azevedo, 2018, p. 173). Assim, criou-se uma imagem da linhagem que o precedia, conectando-os diretamente ao patriarca e destacando-os por seus feitos em Ceuta.

³³⁵ Tradução nossa. “En esta época, predomina un uso de la Crónica General, es decir, una forma de conocimiento que privilegia em el objeto su condición de instrumento” (Funes, 1997, p. 129).

Isto se dá, segundo Azevedo (2018), face à manutenção da autoridade do poder em torno da dinastia. É preciso salientar, entretanto, que tal empreitada cronística ocorre não de forma cronológica, mas provavelmente como um resgate, uma reconstrução, de forma a aproximar os reinados de avô e neto, D. João I e D. Afonso V. Isto acontece tendo em vista que é preciso considerar que toda trama política que marca profundamente a regência, o início do reinado de D. Afonso V e a desavença com o Infante D. Pedro, poderia “trazer questionamentos quanto aos direitos ao trono português” (Azevedo, 2018, p. 175). Assim D. Afonso V, responsável por encomendar a crônica a Zurara, buscaria, por meio de tal aproximação, fundamentar seu reinado e reestabelecer a imagem dos tios Infantes, considerando que, “Zurara pretendeu, acima de tudo, defender a opção política de D. Afonso V” (Duarte, 2002, p. 214). Ou, ainda, como destaca Barbosa (2010): mesmo “que represente a vitória do grupo favorável a continuidade da guerra externa, Alfarrobeira teve reflexos negativos no reino português. Diante disso, a necessidade de garantir a coesão interna fomentou durante o reinado de Afonso V”. Esta característica pode ser observada, segundo Guimarães e Moreira (2021), ao decorrer de toda a “trilogia marroquina”, que é iniciada com a Crônica da Tomada de Ceuta.

Para além da defesa política de D. Afonso V e do resgate da memória dos feitos do patriarca de Avis, é fundamental também direcionar o olhar para o papel na narrativa daquele “que Zurara considera o seu principal depoente, o infante D. Henrique” (Guimarães e Moreira, 2021, p. 338). O cronista, diferentemente de seu antecessor, utilizou como fonte para a escrita a oralidade, mais do que os documentos escritos. O autor prosseguiu desta forma sob justificativa de que “he mais segura parte preguntar a poucas e çertas pessoas que demandar a todos o que perfeitamente nam am rrezam de saber” (Zurara, 1915, p. 14). E é sob este pretexto que Zurara, um cavaleiro da Ordem de Cristo, realizou a escrita de modo pautado nos relatos dos “tam grandes senhores [...] mayormente que o prinçipal destes era o Iffante Dom Anrrique” (Zurara, 1915, p. 11). Desta forma, o relato da tomada de Ceuta, embasado na figura de D. Henrique, Mestre da Ordem de Cristo, que é “provavelmente o principal personagem da narrativa” (Azevedo, 2018, p. 170), estava carregado das opiniões políticas deste. Tal fato:

[...] opõe Fernão Lopes a Zurara, apontando o primeiro como defensor da proposta de centralização política representada pela facção de D. Pedro e o segundo como representante dos antigos ideais feudais dos partidários de D. Henrique e D. Afonso V. Isto estaria refletido na própria narrativa, na medida em que Fernão Lopes faria um retrato do reino como um todo, ao passo que Zurara se limitaria aos feitos de cavalaria (Coser, 2007, p. 724).

Desta forma, segundo Azevedo (2018), a legitimidade que se pretendeu construir na Crônica da Tomada de Ceuta, por mais que se baseasse em um feito de Dom João I, não se concentrou mais no monarca, uma vez que “foi no ideal cruzadístico que Gomes Eannes de Zurara focou sua narrativa, justificando a guerra aos islâmicos de Ceuta como uma necessidade de legitimar os infantes de Avis” (Azevedo, 2018, p. 173). Assim, estabelece-se um paralelo entre o monarca e a Ínclita Geração: enquanto D. João I se consagra com Aljubarrota, seus filhos buscam a inserção na cavalaria na luta contra os infiéis. Existe, assim, um desejo tanto por parte do monarca quanto dos infantes de se legitimarem por meio da espada, sendo Aljubarrota apresentada como uma das justificativas da luta:

Ca todo seu principal mouimento foy per seruiço de Deos e grande deseio que tinha de emmendar alguã couse se a contra vontade de Deos fezera no tempo de guerra passada. e assi o dizia muitas vezes em sua vida quando se acertaua em ello falar. Que posto que ello ouuesse guerra muy justa com seus jmigos a qual era por defensam de sua terra. na qual suas armas muitas vezes forom tintas de sangue. que ele nom entendia dello fazer comprida pendenza senom lauando suas mãos no sangue dos jnfiees. O marauilhosa caridade de príncipe (...) (Zurara, 1915, p. 08).

Quando traçado tal paralelo, é perceptível que “os infantes, estariam a querer seguir o exemplo do pai, lembrando-o de suas honras passadas” (Trevisan, 2014 p. 04). Isto se mostra quando, segundo Zurara (1915), a ideia de conquistar a cavalaria parte dos próprios Infantes Avisinos. Isto porque, devido às pazes com Castela, um confronto na Península Ibérica estava descartado: “ca pois as pazes de Castella sam firmadas. e da parte de Grada nam temos esperança çerta. nom ha hy pollo presente couse nenhuã azada em que possamos receber estado de caualaria se nouamente nam for buscada” (Zurara, 1915, p. 25). Uma vez que, o pedido dos infantes era de “serem armados cavaleiros pela honra da guerra e não somente em festas com justas e torneios. Tal prática seria conveniente, segundo o discurso cronístico para filhos de comerciantes e outros cidadãos, mas não para jovens da realeza” (Trevisan, 2014 p. 4).

Segundo Zurara, é desta forma que Ceuta surge. Ao expressarem³³⁶ a ideia de serem armados pela honra e virtude, João Afonso³³⁷ os informa a respeito de uma notável cidade, boa para tomar “vosso pensamento disse elle sam assaz de grandes e boõs. e pois que vos taal vontade tendes eu vos posso assinar huã couse em que o podes bem e honrradamente executar. E esto he a çidade de Cepta que he em terra dAffriqua (Zurara, 1915, p. 27). Cabe aos Infantes então, apoiados pelo Conde de Barcelos, convencer o rei a investir em tal empreitada. Desta forma, dentro da crônica, segue-se um

³³⁶ Os Infantes não falam necessariamente a alguém, o narrador – ou seja, o próprio Zurara – é conhecedor da ideia e tradutor dos anseios correntes no meio nobiliárquico e régio a respeito desta vontade dos Infantes Avisinos.

³³⁷ “Joham Affonso veedor da fazenda delRey” (Zurara, 1915, p. 26).

longo movimento para convencer Dom João I. Todavia, por mais efervescente que seja a argumentação, eles se colocam em submissão, não apenas diante do pai, mas também do rei: “porem vos pedimos por merçe que queiraes sobre todo consirar prouendo sobre nossas rrezões com outras muitas que o vosso nobre e grande entendimento conçebera. e nos rrespondaes com efeito a nossa pediçam” (Zurara, 1915, p. 29); ou como destaca D. Henrique, o desejo era “comprir uossos mandados como de meu senhor e padre” (Zurara, 1915, p. 46).

Os Infantes Avisinos assim, passam a defender o alcance da cavalaria, a partir das ideias de serviço a Deus, honra e pela própria vontade que Dom João I tinha de fazer seus filhos cavaleiros (Zurara, 1915). E a decisão do rei de aceitar a empreitada é mostrada como tendo sido baseada na vontade divina acerca de tal feito:

mas os Iffantes e o conde de Barçellos meus filhos a quem o dito Joham Affonso falou consiraram melhor em ello e falaramme ja per duas vezes mostrandome muitas rrezões por que me deuia de despor a este trabalho. sobre a qual cousa lhes eu nam quis dar nenhuia rresposta ata que primeiramente nam saiba se o proseguimento dello sera seruiço de Deos. Ca vos digo em verdade que ajnda que entendesse de cobrar todo o mundo por meu. como eu sentisse que em alguia parte nam era seruiço de Deos. eu o nam teria por vitoria nem o faria por nenhuia guisa (Zurara, 1915, p. 33).

Assim, a narrativa passa a exaltar os valores cavaleirescos e cruzadísticos deste feito em Ceuta, o qual “inicia oficialmente a era ultramarina européia consolidando uma das principais linhas do projeto político avisino” (Barbosa, 2010, p. 103). Desta forma, essa guerra externa à península, fortemente fundamentada na questão religiosa e na conquista de honra. Nesse contexto, o serviço a Deus é considerado o centro orientador de todo o processo, dentro da construção do discurso cronístico. Contudo, torna-se importante abrir o debate historiográfico de uma forma crítica, tanto a tais pretensões de formulação de discurso que são aqui analisadas quanto a questões de centralização régia e as questões econômicas que perpassam a decisão da luta em favor da Cristandade no além-mar³³⁸.

Ao tratar das pretensões discursivas presentes na referida crônica, torna-se importante entender Ceuta como uma herdeira da tradição na qual a “ação dos reis, conduzindo as operações de combate aos muçulmanos e conquistas territoriais, vai além de uma questão religiosa, faz parte da política régia” (Mocelim, 2013, p. 169). Esta questão, por sua vez, se encontra intimamente ligada a uma justificativa religiosa providencialista. Ceuta é apresentada quase como um presente para que os

³³⁸ Para maior aprofundamento nas questões, conferir as referências de Marcella Lopes Guimarães (2004) e Katiúscia Quirino Barbosa (2010), assim como Fátima Regina Fernandes (1999).

Infantes alcancem a cavalaria sendo vista como uma vontade divina, comprovada pelos letrados a pedido do Rei (Zurara, 1915, p. 37). Isso é ainda mais evidente em uma fala atribuída ao Conde de Barcelos: “he que este feito nom foy achado per uos nem per outra nenhuua pessoa deste mundo, soomente que foy rreuellado per Deos quemendouos abrir aazo e caminho per que lhe fizessees este tam espiçiall seruiço” (Zurara, 1915, p. 71).

Dentro do contexto Ibérico medieval, pode-se “demonstrar o providencialismo através dos relatos de auxílio divino em batalhas e conquistas territoriais frente aos muçulmanos”, mas ainda de outra forma, como determinação, ou seja, “providência divina, sendo ela fundamental na predestinação de um Rei” (Mocelim, 2013, p. 161). Tal questão é construída no capítulo XVII da Crônica da Tomada de Ceuta, no qual Zurara versa acerca de um viajante de Lisboa que, ainda no reinado de D. Pedro I, encontrou um velho em Ceuta e este lhe disse que a cidade seria tomada pelo filho deste rei “nem emtemdas que choro cousa nehuaa que seia presente, mas pollo conhecimento que tenho da perda que a de uijnr a meus naturaaes e amiguos” (Zurara, 1915, p. 57). Desta forma, é apresentada a predestinação e a promessa messiânica de D. João I como rei e como conquistador, muito antes de todo o acontecimento “per escolhimento do pouoo sera aleuamtado por rrey. o quall auera grandes demandas com o rregno de Castella, de que sempre ficara uemçedor. e elle sera o primeiro rrey dEspanha³³⁹ que teera posse em Africa, e sera o primeiro começo da destruiçom dos mouros” (Zurara, 1915, p. 57).

Dentro da narrativa são constituídos elementos de uma promessa divina, que deve ser consumada através das espadas, como relata Zurara ao longo da escrita “quase épica de preparação e concretização da conquista daquela praça africana aos mouros, em 1415, por D. João I e seus filhos D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique” (Figueiredo, 2012, p. 51). Deste modo, a predestinação do feito, para além da visão anteriormente citada, também se dá dentro da Crônica “alicerçando-se a sua estrutura narrativa numa quase modelização de Ceuta como graal demandado pelos três infantes, aspirantes à Ordem de Cavalaria” (Figueiredo, 2012, p. 51). Este ponto, por sua vez, está intimamente ligado à própria ideia de um nobre bom cristão, que se vincula à “luta frente aos muçulmanos e à expansão da Cristandade” (Mocelim, p. 2013, 166).

Tais questões convergem na construção feita por Zurara da Ínclita Geração como desejosa e merecedora dos títulos cavaleirescos. O cronista, ao longo de sua obra, exalta as virtudes e as atitudes

³³⁹ Por Espanha entende-se todo o território da Península Ibérica, a província romana da Hispânia.

dos Infantes Avisinos, enfatizando principalmente como são honrados, corajosos, leais e fiéis tementes a Deus (Zurara, 1915). Desta forma, tanto o cronista quanto os próprios Infantes – em seus escritos já tratados – “se esforçaram para construir representações de um núcleo ideal” (Guimarães, 2004, p. 246). Segundo Figueiredo (2012, p. 52), “será no palco africano que estes mostrarão [...] a nobre estirpe de que são provenientes e encarando os feitos com coragem e bravura guerreiras e como modo de consolidarem com provas reais a fama que vão alcançando”. Isto porque, na construção narrativa de Zurara, os Infantes já são retratados, nas ideias e nos ideais, como cavaleiros antes mesmo do feito, que se apresenta como a forma de sagrá-los de fato.

Os “pontos de caráter”, podem ser encontrados em diversos trechos da narrativa, contudo se mostram ainda mais firmes e evidentes, quando antes mesmo de embarcar para Ceuta, a Rainha D. Filipa “lhes lamçou a sua beemçam” (Zurara, 1915, p. 126). A mãe da Ínclita Geração, em seu leito de morte, abençoou D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, dando-lhes as espadas para a luta que viria e um lenho da cruz que serviria como “deffemssom contra o qual nom pode empeeçer nenhuu emmijgo sprituall nem temporall, espçialmente contra os jmfiees” (Zurara, 1915, p. 126). Ao entregar o lenho, D. Filipa destaca a fé e a bondade dos infantes, qualidades reforçadas por Zurara. No que tange à espada, a rainha as entrega de forma a destacar as qualidades morais; Simultaneamente, dá sua bênção e faz as encomendas “a huu de uossos jrmaãos emcomemdei os pouoos, e a outro as donas e domzellas, a uos quero emcomemdar todollos senhores” (Zurara, 1915, p. 129). Desta forma, traça-se, nas vésperas da partida, um paralelo entre “as armas ofensivas – as espadas – e as defensivas – os escudos metaforizados nas partes da cruz – que eram as mais apropriadas à Cavalaria” (Figueiredo, 2012, p. 53).

É ainda durante a passagem posterior a morte de D. Filipa que Zurara, de forma narrativa, antecipa, demonstrando que os Infantes serão armados cavaleiros mesmo antes do feito ocorrer:

que por aazo de sua morte seus filhos podessem seer mais homrradamente caualleyros. ca sse ella uiuera, seus filhos forom feitos caualleiros em Portugall, segundo lho elRey tijna prometido. que lhe nom fora tamanha homra, como foi de o seerem em terra dAffrica em huua tam homrrada çidade depois do acabamento de tamta uittoria (Zurara, 1915, p. 143).

Assim sendo, “depois da tomada da cidade, a mesquita se transformou em igreja para dar graças a Deus. Os infantes receberam do pai a honra pela qual toda a ação do texto foi deflagrada” e tais membros da Ínclita Geração enfim “são sagrados cavaleiros” (Guimarães, 2004, p. 241). Como afirma Coelho (2010), a guerra em Ceuta, com toda a sua justificativa, narrativa e fundamento ideológico,

transformou-se em um ato político de bases religiosas, no qual “a guerra não era só justa, mas plenamente santa. D. João refundava Portugal. A sua ação e valor reproduziam e evocavam a memória da valentia militar de D. Afonso Henriques” (Coelho, 2010, p. 68). Reconhece-se, desta forma, que é por meio do discurso cronístico escrito que se “grava uma memória. Uma memória modelada ao sabor do querer e da vontade do seu encomendante” (Coelho, 2010, p. 71) e de todo o contexto de sua encomenda tardia.

Considerações finais

Expostas e analisadas estas questões, à luz da construção narrativa como ferramenta política, pode-se afirmar que as relações entre a escrita da Crônica da Tomada de Ceuta por el-Rei D. João I estão intrinsecamente relacionadas ao contexto histórico da Casa de Avis, marcado por uma necessidade permanente de edificar uma narrativa heroica e cavaleiresca que enaltecesse os feitos da dinastia. Desta forma, o presente artigo reitera a hipótese de que a encomenda tardia da referida crônica funcionou como forma de legitimação e exaltação dinástica, um rememoração e resgate estimulados pelos acontecimentos políticos que sucederam a morte de D. Duarte (1438).

Entende-se, desta forma, que a Crônica da Tomada de Ceuta transcende sua função como mero relato oficial da primeira incursão ultramarina de Portugal, tornando-se também um instrumento moldado pelas circunstâncias de sua produção. Foi, assim, idealizado e concebido para atender às demandas e interesses do período histórico – e da situação política – em que foi elaborado.

Apesar do feito ser de D. João I, o destaque se encontra em seus filhos, especialmente em D. Henrique. De fato, na narrativa há uma busca por reestabelecer a imagem do Infante D. Pedro e, por conseguinte, também houve o seu apagamento. Contudo, o verdadeiro protagonista do feito em Ceuta, na narrativa de Zurara, é D. Henrique, O Navegador. Este fato não está desvinculado da opção política do Cronista e do encomendante D. Afonso V. Isto porque D. Henrique além de ter sido o mestre da ordem de cavalaria da qual o próprio Zurara era integrante, também era o tio que ficou ao lado do Rei em Alfarrobeira. Constituiu, assim, o principal nome da política expansionista e das campanhas marítimas na época, estando de acordo com as pretensões e ideias do monarca.

Para além destas questões, a opção política na construção cronística se mostra também pelo destaque dado ao Duque de Bragança ao longo da narrativa. A figura de D. Afonso, em 1415 ainda Conde de Barcelos, dentro da historiografia é controversa. O Conde, primeiro filho de D. João I, foi

posto na narrativa de uma forma não condizente a sua posição de bastardia na época: ele não só é reconhecido como filho do rei, como é próximo aos Infantes (em determinados pontos inclusive conselheiro). O próprio sucessor de Zurara aponta uma posição diferente, assim como as produções historiográficas versam que existiria uma inimizade entre ele e os Infantes. Desta forma, há uma elaboração discursiva também da figura deste rival do Infante D. Pedro e partidário de D. Afonso V.

Assim sendo, as aplicações e utilizações da crônica pela Dinastia de Avis se apresentaram conforme as demandas e necessidades narrativas. A valorização da honra passada não era importante apenas para a manutenção da memória, mas ligava-se, igualmente, ao contexto de sua escrita, de modo a expressar o ideal de conduta da dinastia nos períodos passados e no futuro. Assim, mais que o relato, a *Cônica* demonstra, em seus personagens, reflexos de uma imagem e política tardias aos fatos narrados, em sintonia com o momento histórico em que o texto foi elaborado.

Referências bibliográficas:

- AZEVEDO, Hugo Rincon. Estratégias de legitimação do reinado de D. João I (1385-1433) nas narrativas de Fernão Lopes e Gomes Zurara. **Revista Mosaico**, v. 11, p. 168-178, 2018.
- BARBOSA, Kátiuscia Quirino. **A imagem do cavaleiro ideal em Avis à época de D. Duarte e D. Afonso V. (1433-1481)**. 2010 Dissertação (Mestrado em História Social e das Ideias) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.
- BERTOLI, André Luiz. Uma Leitura Possível da Crônica da Tomada de Ceuta, levando em conta a Representação do Infante D. Henrique nessa obra de Zurara. **Sociedade em Estudos**, Curitiba, v. 2, n. 2, 2007, p. 89-102.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. Memória e propaganda legitimadora do fundador da monarquia de Avis. In: NOGUEIRA, Carlos. **O Portugal Medieval**. São Paulo: Alameda casa editorial, 2010, p. 61-79.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. As cortes no reino de Portugal: antecedentes e concretizações. In: RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. FRANÇA, Susani Silveira Lemos. **A escrita da história de um lado a outro do Atlântico**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2018.
- COSER, Miriam Cabral. A dinastia de Avis e a construção da memória do reino português: uma análise das crônicas oficiais. **Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria**. v. 10, n.18, jul. - dez. 2007, p. 703-727.
- DUARTE, Isabel Margarida. O relato do discurso na Crônica da Tomada de Ceuta de Gomes Eanes de Zurara. In: **Actas do Encontro Comemorativo dos 25 Anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto**, Porto, 2002.

- FERNANDES, Fátima Regina. A expansão ultramarina portuguesa e a descoberta do Brasil. In: Semana de Estudos de História do Paraná, V. **Revista da Academia Paranaense de Letras**, Curitiba, 1999.
- FIGUEIREDO, Albano. Gomes Eanes de Zurara, cronista de cavaleiros e cavalarias. In: **E fizeram taes maravilhas...: histórias de cavaleiros e cavalarias**. Atelié, 2012. p. 85-95.
- FUNES, Leonardo. Las Crónicas como objeto de estudio. **Revista de poética medieval** v. 1, pp. 123. Madri, 1997.
- GOMES, Jonathan Mendes. Ócio e poder: um estudo sobre a literatura técnica da Dinastia de Avis (Portugal – XIV/XV). In: NOGUEIRA, Carlos. **O Portugal Medieval**. São Paulo: Alameda casa editorial, 2010, p. 215-222.
- GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Estudo das representações de monarcas nas crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV) O espelho do rei: “- Decifra-me e te devoro”**. 2004, Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- GUIMARÃES, Marcella Lopes. O Discurso Cronístico e a Narratividade Histórica. In. NETO, M. N. e NASCIMENTO, R. C. S. **A Idade Média: Entre a História e a Historiografia**. Editora PUC Goiás, 2012, p. 53-77.
- GUIMARÃES, Marcella Lopes. Aljubarrota (1385) e as vozes que fundam a lembrança. In: GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e narrativas ibéricas medievais**. Curitiba: Editora UFPR, 2013.
- GUIMARÃES, Jerry Santos. MOREIRA, Marcello. O louvor da escrita da história como “remédio para a memória” nas crônicas de Gomes Eanes de Zurara. **Revista Contexto**. n. 39, Vitória, 2021.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Editora Unicamp, Campinas, 2003.
- MATTOSO, José. **História de Portugal**. Editorial Estampa. v.2. 1997.
- MOCELIM, Adriana. **“Segundo conta a estória...” A Cronica Geral de Espanha de 1344 como um retrato modelar da sociedade hispânica tardo medieval**. 2013, Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- MUNIZ, Mârcio Ricardo Coelho. o leal conselheiro e a tradição do Espelho de Príncipe: considerações sobre o género. In: **Actas del IX Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval**. Primeira edição, Coruña, 2005.
- PEIXOTO, Mons. Cónego Eduardo de Melo. O cisma do Ocidente e D. Lourenço Vicente. In: Actas do Colóquio de Estudos: VI centenário da morte do arcebispo D. Lourenço Vicente (1374-1397). **Theologica**, v. 33, n. 2, Braga. 1998, p. 327-340.
- PIMENTA, Alfredo. **Idade Média**. Editorial Império. Lisboa, 1946.
- RAMOS, Manuel. Os membros da Geração de Avis: Amizades, Inimizades e Falta de Exemplaridade. In: **Symbolon I: Amor e Amizade**, p. 91-113. Portugal: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2009.
- RAMOS, Manuel. O impacto de Alfarrobeira nas relações com o ducado da Borgonha. **Revista da FLUP**. IV Série, vol. 5 – p. 23-36, Porto, 2015.

- REBELO, Luís de Souza. **A concepção de poder em Fernão Lopes**. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.
- TREVISAN, Mariana Bonat. A construção de saberes e valores da família régia da primeira geração de Avis no Portugal do século XV. In: **Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e Práticas Científicas**, Rio de Janeiro. 2014. p. 1-8.
- TREVISAN, Marina Bonart. **A Primeira Geração de Avis: Uma Família “Exemplar” (Portugal – século XV)**. 2016 Tese (Doutorado em História Social) – Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em História Social, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.
- VENTURA, Margarida Garcez. O “ofício de rei” no Portugal quatrocentista: teoria e práticas de poder. In: NOGUEIRA, Carlos. **O Portugal Medieval**. São Paulo: Alameda casa editorial, 2010, p. 125-141.
- VIEIRA, Ana Carolina Delgado. Três reis e um cronista: discursos e imagens nas crônicas de Fernão Lopes. In: NOGUEIRA, Carlos. **O Portugal Medieval**. São Paulo: Alameda casa editorial, 2010, p. 81-90.
- ZIERER, Adriana Maria de Souza. O papel da guerra na legitimação simbólica de D. João I, o Messias de Lisboa (1383/1385-1433). **Métis: história & cultura** – v. 6, n. 11, p. 215-241, 2007.
- ZURARA, Gomes Eannes de. **Crónica da Tomada de Ceuta por el Rei D. João I**. Ed. Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.